

UNIDADE SESC VENDA NOVA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE
ENGENHARIA NOS PROJETOS E EXECUÇÃO DA REFORMA
DO PARQUE AQUÁTICO

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO	MODALIDADE:	REGIME DE EXECUÇÃO:
Consultoria técnica	Menor preço global	regime preço unitário

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	990 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da emissão do Termo de Início
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1110 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da assinatura do contrato

- Especificações do objeto e seus respectivos projetos
- Modelo Proposta de Preço

- Caderno de Especificações
- Caderno de Planejamento

ELABORADO POR: Rayane Roberta Oliveira Mesquita

DATA: 17/04/2024

ELABORADO POR: Luiz Gustavo Machado Júnior

DATA: 30/04/2024

CONTROLE DE REVISÕES

Revisão	Descrição	Data
00	Emissão inicial	17/04/2024
01	Revisão	29/05/2024
02	Revisão dos itens 7 e 12	14/06/2024
03	Revisão do item 7	19/06/2024

SUMÁRIO

1. OBJETO.....	3
2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3. ORÇAMENTO ESTIMADO.....	3
4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.....	3
5. SUBCONTRATAÇÃO.....	4
6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	4
7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	4
8. GARANTIAS E SEGUROS.....	5
8.1. GARANTIAS A EXECUÇÃO.....	5
9. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	6
9.1. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.....	6
10. REAJUSTE.....	7
11. CRITÉRIO DE APROVAÇÃO E ACEITE DOS ENTREGÁVEIS.....	7
12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	8
13. CRITÉRIO DE PAGAMENTO.....	10
14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	11
15. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	12
15.1. COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO.....	12
15.2. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.....	12
15.3. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	13
16. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS.....	13
17. ORIENTAÇÕES GERAIS.....	13

LISTA DE SIGLAS

APR – Análise Preliminar de Risco	GRD – Guia de Remessa de Documentos
ART – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)	IT – Instrução Técnica
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros	MD – Memorial Descritivo
CAT – Certidão de Acervo Técnico	NR – Norma Regulamentadora
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo	PNE – Portadores de Necessidades Especiais
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	PRECEND – Programa de Recebimento e Controle de Efluentes para Usuários não Domésticos (COPASA)
CEI – Cadastro Específico do INSS	RDO – Relatório Diário de Obras
CFTV – Circuito fechado de televisão	RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	SDAI – Sistema de detecção e alarme de incêndio
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas	SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
CNO – Cadastro Nacional de Obras	SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	SPCI – Sistema de prevenção e combate a incêndio
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social	SPDA – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
DAE – Documento de Arrecadação Estadual	TR – Termo de Referência
EAP – Estrutura analítica de projeto	
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social	

CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
TERMO DE REFERÊNCIA	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).
CADERNO DE PLANEJAMENTO	Informações de planejamento de execução do objeto (documentação de mobilização, cronograma de referência, horário de trabalho, planejamento do canteiro de obra, licenças necessárias etc.)

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica de engenharia nos projetos e execução da reforma do parque aquático da unidade do Sesc Venda Nova.

A unidade está localizada no endereço: Rua Maria Borboleta, s/n - Letícia, Belo Horizonte - MG, 31640-120.

2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução do objeto será indireta através do **regime de preço unitário**

O critério de julgamento será **pelo menor preço global**, conforme condições previstas neste documento.

A Proponente deverá considerar todos os serviços, equipamentos, materiais e tudo mais que for necessário para a conclusão do objeto na definição de seu preço final.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 dias contados a partir de sua data de apresentação.

4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **15 (quinze)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **990 (novecentos e noventa)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**, de modo a acompanhar o contrato de elaboração de projetos, numeração Sesc 006001-00384.

O prazo de vigência do contrato é de **1.110 (mil cento e dez)** dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

Para fins de execução das etapas da contratação (desenvolvimento dos relatórios técnicos, projetos e documentos técnicos) a Contratada deverá adotar como referência o disposto no Caderno de Planejamento, bem como o seguinte escopo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS	PRAZO TOTAL DE EXECUÇÃO
Assessoria para análises de relatórios e definições de premissas técnicas	Emissão de relatório técnico inicial para definição de premissas.	A entrega do relatório deverá ocorrer em até 10 dias da emissão do termo de início do contrato vinculado a este processo, nº006001-00497, ou no prazo máximo de 10 dias após emissão do termo de início da Contratada do processo de projetos nº006001-00384. O que ocorrer primeiro.	300 dias corridos
	Emissão de relatório contendo a análise dos documentos técnicos produzidos pelos projetistas.	Prazo de 7 dias corridos, a emissão dos relatórios técnicos do processo de projetos (006001-00384) previsto para sexta semana do início deste contrato.	
Assessoria para análise crítica de projetos, incluindo emissão de relatórios técnicos de acompanhamento	Emissão de relatório contendo a análise dos Projetos nas etapas de Anteprojeto, Projeto Legal e Executivo.	Anteprojeto: Em até 7 dias corridos, após entrega do projetista, processo (006001-00384), conforme previsto no cronograma de referência.	
		Projeto Legal: Em até 7 dias corridos, após entrega do projetista, processo (006001-00384), conforme previsto no cronograma de referência. Projeto Executivo: Em até 7 dias corridos, após entrega do projetista, processo (006001-00384), conforme previsto no cronograma de referência. Obs.: O relatório deverá ser elaborado concomitantemente com os projetos, devendo ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento. O prazo de entrega é aplicado como marco contratual a ser cumprido pelas partes.	

Assessoria para análise de documentos técnicos	Emissão de relatório de análise dos documentos técnicos emitidos pela empresa contratada: planilha de quantidades, cadernos de especificação, cronograma e planejamento da obra.	Em até 7 dias corridos, após a entrega dos documentos técnicos, processo (006001-0084), e conforme previsto no cronograma de referência.	
Assessoria para análise crítica de projetos, incluindo emissão de relatórios técnicos de acompanhamento	Emissão de relatório contendo a análise da compatibilização dos projetos.	Compatibilização: Em até 7 dias corridos, após entrega do projetista, processo (006001-00384), e conforme previsto no cronograma de referência.	
Acompanhamento técnico do objeto	Emissão de relatório técnico para identificação e resolução de qualquer desvio ou inconformidade nas fases de projeto e execução.	Disponibilidade dos consultores para emissão de relatórios pontuais, quando solicitados pela fiscalização, que deverão acompanhar o prazo de elaboração dos projetos e execução da obra.	990 dias corridos

Registramos que as informações acima são referenciais, e refletem um prazo de execução pré-estabelecido para conclusão das etapas atrelados ao cronograma do contrato 06001-00384. Desse modo, sendo as informações estimadas, eventuais alterações incidentes no cronograma do contrato 06001-00384 deverão ser incorporadas no cronograma da presente contratação (aprovado na reunião de *kick-off*), mediante ajustes realizados entre a fiscalização, contratada de projetos, e a Contratada vinculada a este processo.

5. SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitido a subcontratação dos serviços do objeto deste termo de referência.

6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Deverá ser comprovado patrimônio líquido mínimo de 5% do valor estimado da contratação.

Os demais termos, obrigações e condições referentes a este item devem ser observadas nas condições contratuais anexas.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá dispor de equipe técnica adequada para desenvolvimento do objeto.

O profissional indicado pela proponente para fins de comprovação da Qualificação Técnico Profissional e Responsabilidade Técnica, deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão.

Este profissional será o elemento de ligação entre a **Contratada** e a **Contratante** durante a execução do contrato. Será o responsável pela execução de todas as atividades desta contratação bem como documentações necessárias ao perfeito entendimento e execução do objeto contratado, mantendo a uniformidade das informações.

Na impossibilidade da participação do referido profissional, a **Contratante** admitirá a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovada nos mesmos termos determinados neste documento. A autorização da substituição deste profissional deverá ser devidamente formalizada entre as partes.

A documentação técnica a ser apresentada é a seguinte:

1. Certidão de registro de **pessoa jurídica** no CREA e/ou CAU, em nome da proponente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

2. Certidão de registro de **pessoa física** no CREA e/ou CAU atualizada, relativa ao(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) solicitado(s), com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
3. Atestados em nome do profissional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado distinta da proponente, devidamente registrados no CREA e/ou CAU, através de CAT, comprovando a execução dos itens indicados abaixo:

1	Acervo Técnico de elaboração de Projeto de Arquitetura Executivo de retrofit/reforma/construção comercial , que guarde semelhança com o objeto lícitado.	2.064,32	m ²
2	Acervo Técnico de elaboração de Projeto Estrutural Executivo de retrofit/reforma/construção , que guarde semelhança com o objeto lícitado.	2.460,68	m ²
3	Acervo Técnico de elaboração de Projeto Executivo de Drenagem de água pluvial/Hidrossanitário de retrofit/reforma/construção , que guarde semelhança com o objeto lícitado.	5.864,08	m ²

Será permitido somatório de atestados para comprovação de qualificação técnica. Deverá ser apresentado no mínimo 01 e no máximo 03 atestados para fins de comprovação de execução de cada serviço. Os atestados solicitados devem ser similares ao objeto/serviço a ser executado.

Não serão admitidos atestados de obras em andamento, bem como, de obras próprias.

Os itens indicados para comprovação de qualificação técnica correspondem aos itens de maior relevância no escopo da contratação e os valores indicados correspondem a 40 % da quantidade total de cada item.

Será exigido no ato da assinatura do contrato a comprovação da efetiva contratação dos profissionais detentores das Certidões de Acervo Técnico que tenham sido apresentados sob forma de declaração na fase de habilitação.

O responsável técnico, detentor do atestado apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho, contrato de prestação de serviço ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

A Contratante poderá solicitar formalmente à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço da mesma, assim como o reforço da mesma, atrelada ao planejamento previsto, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.

Na fase de mobilização de contrato, a critério da **Contratante**, será exigida e avaliada pelo fiscal do contrato, a experiência da equipe técnica conforme item correspondente no Caderno de Especificações, e de empresas subcontratadas, através dos registros na carteira de trabalho, curriculum profissional, cópia(s) de contrato(s), atestados emitidos por pessoa jurídica, ARTs, declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o profissional possui a experiência mínima exigida, ininterruptas ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora lícitado/contratado. A documentação deverá ser devidamente aprovada pela **Contratante**.

A contratada deverá emitir ART ou RRT para execução dos serviços escopo desta contratação.

8. GARANTIAS E SEGUROS

8.1. GARANTIAS A EXECUÇÃO

A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da reunião de kick off, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% do valor total do Contrato, podendo optar por:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária;

III. Seguro garantia.

A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do descumprimento total ou parcial do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos de qualquer natureza causados ao Contratante pela Contratada, seus empregados ou prepostos;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Sesc em Minas à Contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela Contratada.

A garantia a execução deve ser mantida vigente até a emissão dos Termos de Recebimento Definitivo de Projetos e de Orçamento.

Deverá ser realizada complementação de garantia nas mesmas condições previstas nas alíneas anteriores em caso de alteração contratual de valor ou de prazo.

9. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Para elaboração de aditivos de inclusão de itens não previstos na planilha orçamentária, deverão ser considerados os seguintes critérios:

a) Itens existentes na tabela Sinapi

- Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido a partir da tabela Sinapi, extraído do relatório na respectiva data base prevista na respectiva cláusula de reajuste do contrato;
- Se necessário, serão realizados ajustes nas composições do Sinapi para adequar o serviço às particularidades executivas da obra;
- Sobre o valor do Sinapi incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

b) Itens não existentes na tabela Sinapi, que serão pesquisados em outros sistemas referenciais ou orçados com composição própria

- A instituição utilizará a composição do sistema de referência, realizando os ajustes pertinentes e substituindo os preços dos insumos por aqueles existentes no Sinapi. Para os insumos novos, não existentes no Sinapi, a ordem de elaboração será pela busca em outros sistemas referenciais e no banco de preços governamental, adotando-se o menor preço. Para os insumos que não forem encontrados no banco de preços, haverá pesquisa de mercado, adotando-se o menor preço para obtenção do preço final;
- A composição deverá ser elaborada na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste.;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

c) Itens de serviços que não se enquadrarem nos itens acima, para os quais não são encontradas equivalência de insumo e/ou composição nos sistemas de referência de preços serão pesquisados no mercado

- A instituição realizará pesquisa de mercado com o máximo possível de prestadores de serviço, adotando-se o preço médio da equalização para obtenção do preço final;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

10. REAJUSTE

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da base da proposta ou último reajuste.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto.

Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **CONTRATADA**, não podem ser reajustados.

11. CRITÉRIO DE APROVAÇÃO E ACEITE DOS ENTREGÁVEIS

Os relatórios técnicos, projetos em suas diversas fases, memoriais descritivos, planilha de quantidades, orçamentos, cronogramas, e demais documentos entregáveis vinculados ao objeto da presente contratação, somente deverão ser emitidos e apresentados para análise da fiscalização, após a devida revisão técnica pelos responsáveis técnicos de cada uma das disciplinas, pelo responsável pela compatibilização e coordenação da Contratada. A entrega à Fiscalização deverá ser devidamente formalizada através da Guia de Remessa de Documentos com descrição e condições da entrega.

A equipe técnica do Sesc Minas realizará a análise dos produtos entregues, e, caso seja percebida uma baixa qualidade técnica, que evidencie que os mesmos foram entregues sem a devida revisão técnica pela Contratada, todo o material que acompanha aquela emissão será devolvido, devendo o retorno constar nos documentos de controle e no cronograma da OS, podendo ser aplicada a multa por atraso e ficando a Contratada sujeita às demais penalidades previstas no respectivo Termo de Referência anexo ao edital.

Cada documento, após analisado pela equipe técnica do Sesc Minas, com base nos critérios exigidos no presente documento, descritos e verificados em modelo de análise a ser disponibilizado pela fiscalização, receberá a seguinte avaliação:

- **Aprovado (AP)** – quando aquele documento estiver 100% aprovado, não necessitando de nenhum ajuste ou correção. Somente serão considerados aprovados os documentos que já tiverem sido compatibilizados com os demais.;
- **Aprovado com comentários (AC)** – quando aquele documento tiver seu conteúdo principal aprovado, porém necessitar de algum ajuste ou correção de pequeno impacto. Os documentos somente poderão receber esta avaliação quando as correções necessárias não inviabilizarem a sua utilização.;
- **Reprovado (RE)** – quando aquele documento necessitar de ajustes ou correções que inviabilizem sua utilização por conter erros técnicos identificados.;

Em todas as avaliações acima serão descritos os critérios de cumprimento de prazo e qualidade esperados, quer seja das premissas e condições normativas dos projetos, da efetiva compatibilização ou coordenação das entregas, conforme previsto em cada uma das etapas, devidamente vinculadas ao controle de revisão de cada documento, para fins de apuração do cumprimento da entrega prevista.

No modelo de análise atual (imagem abaixo) utilizado pela Fiscalização, apontamentos são realizados por disciplina/documento, enquadrando-os conforme categoria de criticidade e com peso relacionado que permitem avaliar a qualidade do material entregue. Após a elaboração do Relatório de Análise pela Fiscalização, este é remetido a Contratada que deverá reapresentá-lo junto a emissão da próxima versão de projeto ou documento relacionado com o preenchimento do campo observações sobre cada item apontado pela Fiscalização.

Figura 1 - Modelo do Relatório de Análise

RELATÓRIO DE ANÁLISE										
OBJETO:							PROC. CONTRATAÇÃO			
UNIDADE:							PROC. ACOMPANHAMENTO			
EMPRESA:							PEDIDO COMPRA:			
ARQUITETURA										
ETAPA							GRD (Nº):			
FISCAIS							DATA EMISSÃO:			
ANEXOS							DATA ANÁLISE:			
ITEM	PRANCHA	ASSUNTO	CATEGORIA	PESO	R00	OBS. CONTRATADA	R01	OBS. CONTRATADA	R02	OBS. CONTRATADA
1			Normativa	3						
2			Representação	1						
3			Falta de informação	1						
4			Não atendimento ao C.E.	2						
5			Coordenação compatibilização	3						
6			Ponto de atenção	0						

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência e de acordo com o critério de medição definido abaixo:

ASSESSORIA PARA ANÁLISES DE RELATÓRIOS E DEFINIÇÕES DE PREMISSAS TÉCNICAS		
ITEM/ETAPA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
1.1.1	Emissão de relatório técnico inicial para definição de premissas para subsidiar a elaboração dos relatórios técnicos	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.2	Análise de Relatório Estrutural e Geotécnico (geotécnico e fundações, contenções e estabilidade de taludes existentes, proposta sistema estrutural)	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.3	Análise de Relatório Diagnóstico Estrutural (estruturas edificadas que serão mantidas)	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.4	Análise de Relatório Conforto Ambiental (térmico e acústico)	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.5	Análise de Relatório de Sustentabilidade, eficiência energética e recursos naturais (aquecimento da piscina, sistema de reaproveitamento de água pluvial, energia solar, sistema de geração de energia fotovoltaica, gerenciamento de risco)	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.6	Análise de Relatório de Automação Predial, de piscinas e segurança patrimonial	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.7	Análise de Relatório de pavimentação e drenagem	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.1.8	Análise de Relatório de Implantação e infraestrutura das instalações elétricas e hidráulicas, casa de bombas, especificação e estruturas dos equipamentos das piscinas (Brinquedos)	Medição por relatório técnico emitido e aprovado pela Fiscalização.

ASSESSORIA PARA ANÁLISE CRÍTICA DE PROJETOS, INCLUINDO EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO.			
ITEM/ETAPA	DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS OBJETO DE EMISSÃO DE RELATÓRIOS	ETAPA	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
1.2.1	Análise de Projeto Arquitetônico (Inclusive Acessibilidade)	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.3.1		PL	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.1		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.2	Análise de Projeto de Impermeabilização	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.3		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.3	Análise de Projeto de Acústica	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.4		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.4	Análise de projeto estrutural concreto (com fundações) e metálico, inclusive emissão de ATP - Avaliação Técnica de Projeto estrutural	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.5		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.5		ATP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.6	Análise de Projeto de Instalações Elétricas: entrada, alimentação e distribuição de energia (Inclui GMG)	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.7		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.7	Análise de Projeto de Instalações mecânicas: Climatização, ventilação mecânica e exaustão	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.7		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.7	Análise de Projeto de instalações hidráulicas, sanitárias (inclui sistema de reaproveitamento de água pluvial) e PRECEND	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.8		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.

1.2.8	Análise de Projeto de Drenagem, Inclusive Águas Pluviais	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.9		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.2.9	Análise de Piscina (inclui casa de máquinas e galeria técnica)	AP	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.10		PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.4.11	Análise de Projeto de rede de dados, telecomunicações, cabeamento estruturado, lógica, supervisão, automação	PE	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.

ASSESSORIA PARA ANÁLISE DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

ITEM/ETAPA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
1.5.1	Planilha de Quantidades	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.5.2	Cadernos de Especificações/ Memorial Descritivo	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.5.3	Cronograma de Obra	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.
1.5.4	Plano de Ataque e Planejamento da Obra	Medição por relatório de análise emitido e aprovado pela Fiscalização.

ANÁLISE DA COMPATIBILIZAÇÃO DOS PROJETOS

ETAPA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
2.1.1	Análise da compatibilização de projetos	Medição por unidade, baseada no percentual equivalente ao avanço financeiro total do macro dos itens "relatórios + análise de projetos + documentos técnicos"

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO OBJETO

ETAPA	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
2.2.1	Emissão de relatório técnico para identificação e resolução de qualquer desvio ou inconformidade nas fases de projeto e execução.	Medição por relatório técnico de consultoria com evidência de solicitação e validação pela Fiscalização.

13. CRITÉRIO DE PAGAMENTO

O critério de medição será por unidade contratada executado e validado pela fiscalização.

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência.

Para medição, a **Contratada** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Relatórios técnicos de análise, laudos técnicos e documentos afins, aprovados pela fiscalização;
- c) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a) Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas nos documentos que integram a contratação.
- b) Paralisação desautorizada ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c) Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d) Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e) Prestação de serviço em qualidade inferior ao pactuado;
- f) Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

É igualmente vedado à contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato, tais quais a informação, fidelidade, respeito, probidade, cooperação e confiança.

Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratante poderá aplicar à contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a) Multa moratória calculada no percentual de 0,33% ao dia, limitada a 10% sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso;
 - a.1. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente de notificação prévia da contratada e da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.
 - a.2. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.
- b) Multa por inadimplemento parcial de até 10%, e por inadimplemento total de até 25% do valor do contrato ou do lote se o inadimplemento for limitado ao lote;
- c) Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc por prazo não superior a 03 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
 - d.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida na execução do contrato;
 - d.2. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Identificado possível inadimplemento, a contratante notificará a contratada para contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Esgotado o prazo da contratada, com ou sem manifestação, a contratante elaborará relatório circunstanciado, que será encaminhado à Autoridade Competente do Sesc para decisão acerca da aplicação de penalidades.

A penalidade aplicável será justificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta ou omissão, o caráter pedagógico e seu histórico de atuação junto à contratante.

A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

A aplicação das penalidades de rescisão por inadimplemento e suspensão do direito de licitar e contratar podem, mediante justificativa, quando houver quebra de confiança, levar à rescisão, pela contratante, dos demais contratos vigentes com a contratada.

A aplicação de multa não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela contratante excedam o valor da multa fixada.

O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo contratante e da garantia contratual prestada pela contratada, quando houver.

Os marcos de sanções constam devidamente representados no cronograma básico da contratação para execução do objeto em referência, distribuído em etapas e prazos, conforme condições estabelecidas no instrumento de contratação e apresentado no respectivo Caderno de Planejamento.

15. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a **CONTRATADA** deverá comunicar à **FISCALIZAÇÃO** a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A **FISCALIZAÇÃO** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com os parâmetros definidos nos cadernos de especificações, planejamento e demais especificações técnicas e definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos, despesas para sua correção e sanções, caso pertinente. Não será admitido o recebimento provisório de serviço inconcluso.

15.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório, bem como, na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual, sujeitando à Contratada à aplicação de sanção.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento ao item destacado abaixo:

- a) Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato;

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

15.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da finalização do serviço, será observado a plena funcionalidade dos equipamentos e/ou instalações, bem como, a não ocorrência de vícios construtivos e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste **CONTRATO**, sempre que viável, com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **CONTRATADA**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções apontadas, dentro do prazo definido pela **FISCALIZAÇÃO** no respectivo instrumento.

O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a Contratada sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

Será exigido da **CONTRATADA** a reparação dos vícios verificados: aparentes, ocultos ou redibitórios, no limite do prazo de garantia legal assegurada à Administração pelo art. 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

As garantias legais deverão ser verificadas tendo como referência no mínimo, as condições e prazos definidos no Manual de Garantias, disponibilizado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** antes da emissão do Termo de Início, bem como, de forma complementar.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **CONTRATADA**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contados da comunicação sobre correção dos vícios e providências, por parte da **CONTRATADA**.

Para o Termo de Recebimento Definitivo, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

- a) Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.
- b) Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

16. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

É facultativa a visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h. A empresa deverá agendar previamente a visita com o Sesc em Minas, através dos contatos: comunicacaogcen@sescmg.com.br – (31) 3279 1405/1472

Para envio de e-mail, identificar no campo *assunto*, o objeto, número do processo licitatório e o município a que se refere a solicitação.

A **CONTRATADA** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas, especificações, projetos, normas técnicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

17. ORIENTAÇÕES GERAIS

À **CONTRATADA** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, estando os critérios de supressão e acréscimo, quantitativo e qualitativo, em conformidade com este Termo de Referência.

Todos os documentos (projetos, caderno de planejamento e caderno especificações) disponibilizados pela **CONTRATANTE**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito.

Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.